



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA CENTRAL
CURSO LICENCIATURA EM MATEMÁTICA**

FRANCISCO BRUNO ALVES DO NASCIMENTO

**Educação Estratégica: análise das políticas públicas do governo do Piauí para
a preparação de estudantes de escolas públicas para o IME e o ITA**

**TERESINA
2025**

FRANCISCO BRUNO ALVES DO NASCIMENTO

Educação Estratégica: análise das políticas públicas do governo do Piauí para a preparação de estudantes de escolas públicas para o IME e o ITA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Licenciatura em matemática do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Teresina Central.

Orientador: Prof^a. Ms. Professor Ms. John Kennedy Viana Rocha

TERESINA
2025

Educação Estratégica: análise das políticas públicas do governo do Piauí para a preparação de estudantes de escolas públicas para o IME e o ITA

Francisco Bruno Alves do Nascimento¹
John Kennedy Viana Rocha²

RESUMO

Este trabalho analisa as políticas educacionais implementadas no estado do Piauí para preparar estudantes da rede pública com o objetivo de ingressar em instituições de ensino superior altamente seletivas, como o Instituto Militar de Engenharia e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica. A pesquisa investiga as estratégias adotadas pelo governo estadual, os desafios enfrentados na execução dessas iniciativas e os impactos na democratização do acesso a essas instituições. A metodologia utilizada é qualitativa e descritiva, baseada na análise de documentos oficiais e dados educacionais. Foram examinados editais, decretos, legislações e programas estaduais que estruturam os cursos preparatórios, além de indicadores de desempenho acadêmico, perfil socioeconômico dos estudantes e infraestrutura escolar. Os resultados apontam avanços significativos na criação de oportunidades para alunos da rede pública, especialmente por meio da oferta de cursos específicos e capacitação de professores. No entanto, desafios como a concentração das ações na capital, a limitação de recursos financeiros e a carência de infraestrutura adequada ainda restringem o alcance dessas iniciativas. O estudo destaca que, apesar dos esforços governamentais, a desigualdade no acesso a uma preparação de alto nível continua sendo um obstáculo para muitos estudantes. Para garantir maior equidade, é fundamental ampliar a qualificação docente, investir em recursos educacionais e fortalecer redes de apoio. Conclui-se que a efetividade dessas políticas depende de uma abordagem mais inclusiva, que não apenas ofereça acesso, mas também garanta a permanência e o sucesso dos alunos ao longo de sua formação acadêmica.

Palavras-chave: políticas educacionais; desigualdade no acesso; preparação acadêmica.

ABSTRACT

This study analyzes the educational policies implemented in the state of Piauí to prepare public school students for admission to highly selective higher education institutions, such as the Military Institute of Engineering and the Technological Institute of Aeronautics. The research investigates the strategies adopted by the state government, the challenges faced in implementing these initiatives, and their impact on democratizing access to these institutions. The methodology used is qualitative and descriptive, based on the analysis of official documents and

¹ Graduando em Licenciatura em Matemática. INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ CAMPUS TERESINA CENTRAL catce.20221110057@aluno.ifpi.edu.br

² Professor Ms.do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ CAMPUS TERESINA CENTRAL john.kennedy@ifpi.edu.br

educational data. State decrees, regulations, and programs that structure preparatory courses were examined, as well as academic performance indicators, students' socioeconomic profiles, and school infrastructure. The results indicate significant progress in creating opportunities for public school students, particularly through the provision of specialized courses and teacher training. However, challenges such as the concentration of efforts in the state capital, limited financial resources, and inadequate infrastructure still restrict the reach of these initiatives. The study highlights that, despite government efforts, inequality in access to high-level preparation remains a barrier for many students. To ensure greater equity, it is essential to enhance teacher training, invest in educational resources, and strengthen support networks. The study concludes that the effectiveness of these policies depends on a more inclusive approach that not only provides access but also ensures students' retention and success throughout their academic journey.

Keywords: educational policies; access inequality; academic preparation.

Data de aprovação: 04/02/2025

1 INTRODUÇÃO

A educação é amplamente reconhecida como um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Freire (1996), a democratização do acesso ao conhecimento possibilita que indivíduos de diferentes contextos socioeconômicos superem desafios e melhorem suas condições de vida. No Brasil, esse caráter transformador da educação torna-se evidente no momento em que jovens concluem o ensino médio e se preparam para ingressar no ensino superior. Nesse contexto, destacam-se duas vias principais de acesso: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e os concursos militares, como os promovidos pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

O ENEM é considerado a principal porta de entrada para o ensino superior no Brasil, apresentando uma abordagem contextualizada e acessível a milhões de estudantes. Em contrapartida, os concursos militares, como os do IME e do ITA, caracterizam-se pelo elevado nível de seletividade e rigor acadêmico, demandando dos candidatos um profundo domínio de conteúdos, sobretudo nas áreas de matemática e física. Essa disparidade de exigências representa um grande obstáculo para estudantes da rede pública, que frequentemente enfrentam limitações estruturais e carecem de acesso a programas de preparação especializados. Enquanto isso, escolas particulares oferecem currículos direcionados a vestibulares e concursos, favorecendo alunos cujas famílias dispõem de recursos financeiros para custear esses investimentos.

Com o objetivo de reduzir essas desigualdades, o governo do Piauí, sob a liderança de Rafael Fonteles, anunciou, em 2023, a implementação de preparatórios gratuitos voltados para os vestibulares do IME e do ITA (PINHEIRO, 2023). De

acordo com informações divulgadas pelo portal oficial do governo, essa iniciativa visa ampliar as oportunidades para estudantes da rede pública, fornecendo ferramentas que os capacitem a competir em condições mais equitativas com alunos da rede particular. As ações incluem a capacitação de professores, a oferta de materiais didáticos especializados e o reforço em disciplinas essenciais, como matemática, física e química.

Diante desse cenário, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar as estratégias educacionais adotadas pelo governo do Piauí para preparar estudantes da rede pública com vistas ao ingresso em instituições de ensino de prestígio, como o IME e o ITA. Para alcançar esse propósito, busca-se identificar as iniciativas implementadas pelo governo estadual no contexto dos preparatórios para essas instituições, além de examinar os desafios enfrentados na execução dessas políticas educacionais. O estudo também se propõe a explorar as perspectivas de longo prazo dessas ações, avaliando seu impacto na democratização do acesso às instituições de ensino de excelência.

A relevância deste estudo reside na discussão sobre iniciativas governamentais capazes de transformar a vida de jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo uma formação acadêmica de excelência e ampliando as possibilidades de ascensão profissional e social.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção é fundamentado em diferentes abordagens sobre o papel da educação como instrumento de transformação social, o contexto desafiador dos concursos de instituições de excelência como o IME e o ITA, e as políticas públicas voltadas à promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Ao discutir esses aspectos, busca-se compreender como as políticas educacionais podem contribuir para a democratização do acesso à educação superior, especialmente em instituições de prestígio, e como elas podem efetivamente transformar a realidade social dos estudantes da rede pública, particularmente no Piauí.

2.1 EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

A educação desempenha um papel essencial na transformação social, sendo mais que um simples meio de transmissão de conhecimentos. Como argumenta Rocha et al. (2021), a escola atua como um agente transformador, capaz de alterar realidades ao proporcionar acesso à educação e promover mudanças significativas na vida das pessoas. Essa visão está em consonância com as contribuições de teóricos como Paulo Freire e Henry Giroux, que enfatizam o papel emancipador da educação no enfrentamento das desigualdades sociais.

Freire (1987) critica a educação “bancária”, que reduz o aprendizado a um processo passivo de recepção de informações. Em oposição, ele defende uma educação libertadora e problematizadora, que permita aos educandos desenvolverem uma consciência crítica e atuem de maneira transformadora na sociedade. Já Giroux (1997) complementa essa perspectiva ao destacar que a educação é um ato político e cultural. Ele afirma que as escolas são espaços de disputa por significados e relações de poder, sendo, portanto, fundamentais para a formação de cidadãos capazes de resistir às injustiças sociais. Segundo Giroux:

as escolas representam tanto um esforço para definir-se o significado quanto uma luta em torno das relações de poder. Dentro desta perspectiva, a reflexão e ação críticas tornam-se parte do projeto social fundamental de ajudar os estudantes a desenvolverem uma fé profunda e duradoura na luta para superar injustiças econômicas, políticas e sociais (GIROUX, 1997, p. 120).

Essas reflexões evidenciam a necessidade de práticas pedagógicas que promovam a autonomia dos educandos e o questionamento das estruturas sociais que perpetuam a opressão, transformando a educação em uma ferramenta de empoderamento e justiça social.

2.2 CONCURSOS DO IME E DO ITA

Os concursos do Instituto Militar de Engenharia (IME) e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) se destacam como os mais seletivos e rigorosos do Brasil, representando um grande desafio para os estudantes. A história do IME remonta à fundação da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, criada em 1792 no Rio de Janeiro por ordem da Rainha Dona Maria I, sendo a primeira instituição de engenharia das Américas. A consolidação do IME, como é conhecido hoje, ocorreu em 1959, com a Lei nº 3.654, e sua abertura para candidatos civis a partir de 1964 ampliou seu impacto no cenário acadêmico e tecnológico brasileiro (LUCENA, 2005).

Localizado na Praça General Tibúrcio, 80, no bairro da Urca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22290-270, o Instituto Militar de Engenharia (IME) oferece cursos de engenharia voltados tanto para as Forças Armadas quanto para o setor civil. A instituição exige dos candidatos um desempenho elevado em matemática, física e química, e seu vestibular rigoroso reflete o compromisso com a formação de profissionais altamente capacitados para atender às demandas estratégicas do país.

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), localizado na Praça Marechal Eduardo Gomes, 50, no bairro Vila das Acácias, em São José dos Campos - SP, CEP 12228-900, teve sua origem no curso de Engenharia Aeronáutica iniciado em 1939 e foi oficializado em 1950. Reconhecido como um centro de excelência em engenharia aeroespacial, o ITA apresenta um dos processos seletivos mais desafiadores do Brasil, com ênfase em matemática, física, química e português. Sua contribuição para o desenvolvimento científico e tecnológico do país é amplamente reconhecida, especialmente nas áreas de aviação e engenharia aeroespacial (LACAZ; TELLES; SANTOS, 2023).

Embora reconhecidamente prestigiados, os concursos do IME e do ITA representam um grande desafio para os estudantes da rede pública, que frequentemente carecem de recursos e preparação adequada para competir em igualdade de condições com os alunos da rede particular.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS VOLTADAS À IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

As políticas públicas educacionais desempenham um papel crucial na promoção da igualdade de oportunidades, buscando reduzir desigualdades históricas e oferecer condições mais equitativas de acesso à educação de qualidade. Como

destaca Saviani (2008), essas políticas são fundamentais para atender às necessidades de grupos em situação de vulnerabilidade, como estudantes da rede pública, pessoas em situação de pobreza e minorias étnicas.

O Plano Nacional de Educação (PNE) enfatiza a importância de superar desigualdades educacionais por meio de iniciativas que assegurem o acesso universal à educação de qualidade. Essas iniciativas incluem a capacitação de professores, o fornecimento de materiais didáticos especializados, a oferta de transporte e alimentação escolar e o investimento em infraestrutura adequada (BRASIL, 2014). Tais medidas são indispensáveis para garantir que todos os estudantes tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado, independentemente de sua condição socioeconômica.

No contexto dos preparatórios para o IME e o ITA no Piauí, destacam-se as iniciativas do governo estadual, que, em 2023, implementou políticas públicas específicas para ampliar as oportunidades de estudantes da rede pública. Essa proposta incluiu capacitação docente, oferta de material didático especializado e reforço em disciplinas essenciais, como matemática, física e química, visando à democratização do acesso a instituições de ensino de excelência.

Conforme Arroyo (2013), políticas públicas que promovem igualdade de oportunidades têm impacto direto na redução de desigualdades sociais, permitindo a ascensão social e o fortalecimento da cidadania. Tais ações não apenas transformam a vida de indivíduos, mas também contribuem para o desenvolvimento econômico e social do país, ao formar profissionais capacitados e cidadãos críticos. Dessa forma, as iniciativas voltadas ao fortalecimento da educação pública no Piauí refletem um esforço importante na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa e descritiva, buscando compreender de forma sistemática as políticas públicas educacionais e suas implicações para a democratização do acesso ao IME e ITA no estado do Piauí. Por meio da análise documental e de dados educacionais, será possível mapear as estratégias desenvolvidas, identificar os desafios enfrentados e avaliar os impactos dessas iniciativas no contexto educacional piauiense, com foco na formação de estudantes para exames.

3.1 TIPO DE PESQUISA

A pesquisa qualitativa proporciona uma compreensão aprofundada dos significados e implicações das políticas educacionais relacionadas ao acesso democrático a instituições como o IME e o ITA. Trata-se de um estudo descritivo, voltado para mapear e analisar as estratégias promovidas pelo governo estadual e instituições parceiras.

3.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados será realizada por meio da análise documental e de fontes educacionais. Entre os documentos selecionados estão editais estaduais (como os editais SEDUC-PI/GSE Nº 45/2024 e Nº 22/2023), decretos governamentais (como o Decreto Nº 22.769/2024) e legislações educacionais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e a regulamentação do FUNDEB (Lei nº 14.113/2020). Também serão analisados programas estaduais, como o "Acelera SEDUC", que têm como foco a ampliação do acesso e da qualidade do ensino médio.

Além disso, serão consultados dados do Portal QEdU sobre o CETI Governador Dirceu Mendes Arcoverde, incluindo indicadores de desempenho acadêmico (como o IDEB e a Prova Brasil), perfil socioeconômico dos estudantes, infraestrutura escolar e taxas de permanência e evasão. Essas informações permitirão observar como a escola se posiciona em relação às médias estadual e nacional, bem como identificar ações que promovam a inclusão e a equidade no acesso a oportunidades educacionais.

3.3 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

A análise dos dados será conduzida de maneira sistemática, com base em critérios previamente definidos para garantir uma avaliação coerente e aprofundada das políticas públicas educacionais e seu impacto na democratização do acesso ao IME e ITA. Para os documentos oficiais, os seguintes aspectos serão analisados:

Objetivos e abrangência: Identificação das metas principais, áreas de atuação, alcance geográfico e público-alvo das políticas e programas descritos. **Estratégias e ações propostas:** Avaliação de iniciativas como cursos preparatórios, bolsas de incentivo e parcerias institucionais, com atenção especial a ações voltadas para estudantes de baixa renda ou vulnerabilidade social.

Conformidade com legislações e programas nacionais: Verificação do alinhamento com a LDB (Lei nº 9.394/1996), o FUNDEB (Lei nº 14.113/2020) e programas estaduais como o "Acelera SEDUC". **Metas e indicadores:** Avaliação dos resultados esperados e da existência de mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas.

Para os dados do Portal QEdU, serão considerados:

Desempenho acadêmico: Comparação dos resultados do CETI Governador Dirceu Mendes Arcoverde em avaliações externas, como a Prova Brasil e o IDEB, com as médias estadual e nacional, analisando sua evolução ao longo do tempo.

Perfil socioeconômico: Análise das condições socioeconômicas dos estudantes, a partir dos dados disponibilizados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

Infraestrutura escolar: Identificação de condições estruturais que possam impactar o aprendizado e a preparação para exames.

Taxas de permanência e evasão escolar: Avaliação de como as estratégias da escola contribuem para o engajamento e a retenção dos estudantes, especialmente daqueles de baixa renda.

Com base nesses critérios, será realizada uma análise comparativa entre as propostas contidas nos documentos oficiais e os dados educacionais do CETI Governador Dirceu Mendes Arcoverde.

4. DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, discute-se de forma aprofundada a educação no contexto do Piauí, com destaque para as iniciativas e os documentos governamentais voltados ao benefício dos estudantes da rede pública estadual. Aborda-se, em especial, o contexto da escola CETI Governador Dirceu Arcoverde, analisando suas características e desafios. Além disso, realiza-se uma análise comparativa entre as propostas presentes nos documentos oficiais e a realidade vivenciada nas escolas, destacando possíveis discrepâncias e os impactos dessas políticas na prática educativa.

4.1 CONTEXTO EDUCACIONAL DO PIAUÍ

O sistema educacional do Piauí reflete as desigualdades estruturais do Brasil, agravadas por fatores socioeconômicos e geográficos que impactam diretamente a qualidade do ensino e o acesso à educação básica. De acordo com dados do Censo Escolar 2023, o estado apresenta índices preocupantes no IDEB, principalmente no ensino médio, onde os indicadores de aprendizagem em matemática e língua portuguesa permanecem abaixo da média nacional. Além disso, a alta taxa de evasão escolar e as dificuldades de acesso à educação em áreas rurais contribuem para perpetuar um ciclo de exclusão social e acadêmica.

O ensino médio no Piauí enfrenta desafios significativos, marcados pela desigualdade de acesso e pela precariedade de condições educacionais. Em áreas urbanas, como Teresina, observa-se uma disparidade entre as redes pública e privada, que contribui para o que Érnica (2013) denomina "mercado educacional", no qual as famílias mais favorecidas competem por vagas nas escolas de maior prestígio. Nas regiões rurais, a situação é ainda mais crítica: escolas enfrentam problemas de infraestrutura básica, como falta de laboratórios, bibliotecas e internet, além de dificuldades para manter professores qualificados.

A rede estadual, que concentra a maior parte das matrículas no ensino médio, apresenta problemas como a alta rotatividade de professores, a ausência de diretrizes pedagógicas claras e a carência de formação continuada para os docentes. Segundo Soares (2020), o déficit de professores especializados em disciplinas como matemática, física e química impacta diretamente a qualidade do ensino e a preparação dos alunos para desafios acadêmicos mais rigorosos, como exames vestibulares de instituições de alta concorrência.

Essas desigualdades também se refletem no perfil socioeconômico dos estudantes. Dados do IBGE (2022) mostram que mais de 40% das famílias piauienses vivem com renda inferior a um salário mínimo per capita, dificultando o acesso a materiais de estudo, transporte e cursos preparatórios. Esse cenário amplia as disparidades educacionais, deixando os alunos da rede pública em desvantagem frente a candidatos oriundos de escolas privadas.

Diante desse panorama, o estado do Piauí tem implementado políticas públicas voltadas para a excelência acadêmica e a democratização do acesso ao ensino superior. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação de turmas pré-militar no Centro Estadual de Tempo Integral (CETI) Governador Dirceu Mendes Arcoverde, em Teresina. Essas turmas foram concebidas para preparar estudantes da rede pública para os exigentes vestibulares do IME e do ITA.

Os cursos são gratuitos e priorizam disciplinas fundamentais, como matemática, física e química, com enfoque em conteúdos e metodologias específicas cobradas nesses exames. Além disso, os estudantes recebem apoio financeiro, incluindo auxílio para transporte, alimentação e materiais didáticos, bem como bolsas de desempenho acadêmico que incentivam a dedicação exclusiva ao estudo. Tais medidas buscam reduzir as barreiras de acesso e permitir que os alunos da rede pública possam competir em condições mais equitativas.

No entanto, a implementação dessas turmas enfrenta desafios importantes. Medeiros e Oliveira (2014) destacam que programas de excelência, quando não associados a políticas de fortalecimento da base educacional, podem reforçar desigualdades preexistentes, beneficiando apenas uma pequena parcela de estudantes. Para evitar esse cenário, é essencial que essas iniciativas sejam acompanhadas de investimentos amplos na educação básica, especialmente no ensino fundamental e médio, de modo a garantir que mais alunos tenham acesso a uma formação sólida desde os primeiros anos escolares.

Estudar as políticas públicas voltadas para a implementação de turmas de pré-militar no Piauí é essencial para compreender seus impactos no cenário educacional do estado. Essas iniciativas representam um esforço significativo para atender à demanda por inclusão e excelência, mas também levantam questões sobre sua sustentabilidade e alcance. Segundo Jesus e Silva (2024), a avaliação contínua de programas como esses é fundamental para identificar lacunas e propor ajustes que ampliem sua efetividade.

Ao oferecer suporte acadêmico e financeiro, as turmas pré-militar têm o potencial de transformar o futuro de muitos jovens, ampliando suas perspectivas e promovendo mobilidade social. No entanto, para que essas políticas alcancem resultados sustentáveis, é necessário integrá-las a um plano mais amplo de valorização da educação pública, com foco na melhoria das condições de ensino para todos os estudantes. Assim, a análise dessas ações pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias educacionais mais equitativas e inclusivas, alinhadas às demandas da sociedade contemporânea.

4.2 ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS

A análise de documentos oficiais é crucial para entender as políticas educacionais adotadas no Piauí, especialmente aquelas direcionadas ao Ensino Médio e à preparação para vestibulares de alto nível. Esses documentos são instrumentos estratégicos que visam não apenas democratizar o acesso a uma educação de qualidade, mas também enfrentar desafios históricos, como as desigualdades regionais e a evasão escolar. A seguir, apresentamos os principais documentos analisados, destacando seus objetivos, público-alvo e a abrangência das iniciativas propostas, entre outros.

4.2.1 objetivo e abrangência dos documentos

O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 45/2024 tem como objetivo selecionar estudantes concluintes do Ensino Fundamental interessados em ingressar no Ensino Médio com uma formação voltada para vestibulares altamente competitivos, como os do IME, ITA, EFOMM, além de cursos de inovação tecnológica, como os oferecidos pela FGV e IMPA. O público-alvo deste edital são estudantes da Rede Pública Estadual, com especial foco em alunos que demonstram potencial acadêmico e interesse em

se preparar para desafios educacionais avançados. A abrangência deste edital prioriza estudantes das escolas públicas estaduais do Piauí, com ênfase nas regiões que enfrentam maiores desafios educacionais, buscando garantir oportunidades para todos os jovens, independentemente da região em que residem.

O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 22/2023 regulamenta o "Curso Aprova ITA/IME", um programa ofertado presencialmente no CETI Governador Dirceu Mendes Arcoverde, em Teresina. Esse curso tem como objetivo preparar estudantes do Ensino Médio para os vestibulares do ITA e IME, instituições de ensino de excelência em nível nacional. Embora o foco seja principalmente em estudantes da capital, o programa também está disponível para alunos de municípios vizinhos, proporcionando acesso a uma educação de qualidade para jovens de diversas partes do estado. O curso oferece suporte acadêmico, materiais didáticos e acompanhamento pedagógico para garantir que os alunos tenham as ferramentas necessárias para competir com candidatos de todo o Brasil.

O Decreto Nº 22.769/2024, por sua vez, visa combater a evasão escolar e incentivar a permanência dos estudantes na educação básica. Através deste decreto, o governo do estado oferece incentivos financeiros, como bolsas de estudo, transporte e material didático, para ajudar na continuidade dos estudos de jovens que, de outra forma, poderiam abandonar a escola devido a dificuldades econômicas. O público-alvo desse decreto são os estudantes do Ensino Médio Regular da Rede Pública Estadual, com especial atenção para as regiões com maiores índices de evasão escolar. O objetivo é garantir que os alunos permaneçam na escola, proporcionando condições favoráveis ao seu aprendizado e desenvolvimento acadêmico.

Essas políticas públicas, que envolvem seleção acadêmica, apoio financeiro e oferta de cursos preparatórios, refletem o compromisso do governo estadual com a inclusão educacional e a promoção de igualdade de oportunidades para todos os estudantes. O apoio aos alunos em situação de vulnerabilidade social e a ampliação de acesso a programas de ensino superior de excelência são fundamentais para transformar a realidade educacional do estado do Piauí.

4.2.2 análise das ações de inclusão

Os documentos analisados demonstram uma preocupação em criar um ambiente educacional mais inclusivo, oferecendo suporte não apenas acadêmico, mas também financeiro e logístico para os estudantes. O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 45/2024, ao selecionar alunos com base no mérito acadêmico para programas voltados à vestibulares exigentes, adota medidas inclusivas, como a implementação de cotas para alunos de escolas públicas e a priorização de regiões com baixos índices educacionais. Essas iniciativas buscam corrigir desigualdades históricas, ampliando as oportunidades para jovens das regiões mais carentes do estado.

Já o Edital SEDUC-PI/GSE Nº 22/2023, que regulamenta o "Curso Aprova ITA/IME", oferece uma formação gratuita em disciplinas fundamentais como matemática, física e química, essenciais para os vestibulares do ITA e IME. Além disso, o edital garante aos estudantes o fornecimento de materiais didáticos, apoio pedagógico contínuo e isenção de taxas, criando um acesso real a uma educação de qualidade para aqueles que, de outra forma, não teriam condições de pagar por

cursos preparatórios privados. Com isso, o Estado propõe um suporte integral, considerando todas as barreiras que dificultam o ingresso de estudantes de escolas públicas em instituições de ensino superior de alto nível.

O Decreto Nº 22.769/2024 também reforça as medidas de inclusão ao estabelecer incentivos financeiros e logísticos, como bolsas de estudo, transporte escolar gratuito e material didático. Essas ações são voltadas para alunos de baixa renda, principalmente nas regiões mais vulneráveis, buscando mitigar os fatores que contribuem para a evasão escolar. Ao incluir esse tipo de auxílio, o governo do Piauí visa não apenas garantir o acesso, mas também manter os estudantes no sistema de ensino, oferecendo condições adequadas para que possam se concentrar no aprendizado sem a pressão de questões financeiras.

4.2.3 conformidade com políticas educacionais

A conformidade das políticas com as diretrizes educacionais nacionais e estaduais é um aspecto fundamental para a eficácia das iniciativas. O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 45/2024 alinha-se aos objetivos da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) ao priorizar o desenvolvimento de competências essenciais para o sucesso acadêmico e profissional, como o domínio das disciplinas básicas e o pensamento crítico. A proposta de preparar os alunos para vestibulares também reflete a ênfase do ensino público na formação de cidadãos capacitados para enfrentar desafios nacionais e globais, atendendo às exigências do mercado de trabalho e das universidades.

O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 22/2023, por sua vez, está em conformidade com a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica (PNEPT), ao promover cursos preparatórios voltados a áreas de alta demanda, como engenharia e ciência, preparando os estudantes para ingressar em instituições de ensino superior focadas em inovação tecnológica. A oferta de cursos gratuitos e a distribuição de materiais didáticos está alinhada com o compromisso do Governo Federal e Estadual de democratizar o acesso à educação de qualidade e reduzir a desigualdade educacional.

Além disso, o Decreto Nº 22.769/2024 segue os princípios da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) ao trabalhar para reduzir a evasão escolar e garantir a permanência de estudantes na educação básica. Ao focar na inclusão e na permanência dos alunos, o decreto não só responde a uma necessidade local, mas também está alinhado com as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), que busca a universalização do acesso e a promoção de uma educação inclusiva e equitativa.

4.2.4 resultados esperados e indicadores de avaliação

Os documentos analisados também destacam a importância da avaliação para o acompanhamento dos resultados das políticas educacionais implementadas. O Edital SEDUC-PI/GSE Nº 45/2024 prevê a monitoramento contínuo das taxas de aprovação dos estudantes nos vestibulares de alto nível, como os do IME e ITA, e a análise das taxas de inscrição e aprovação por rede de ensino (pública ou privada), bem como o perfil socioeconômico dos alunos aprovados. Esse acompanhamento

busca identificar as principais variáveis que influenciam o sucesso dos estudantes, permitindo ajustes nas estratégias de ensino e apoio.

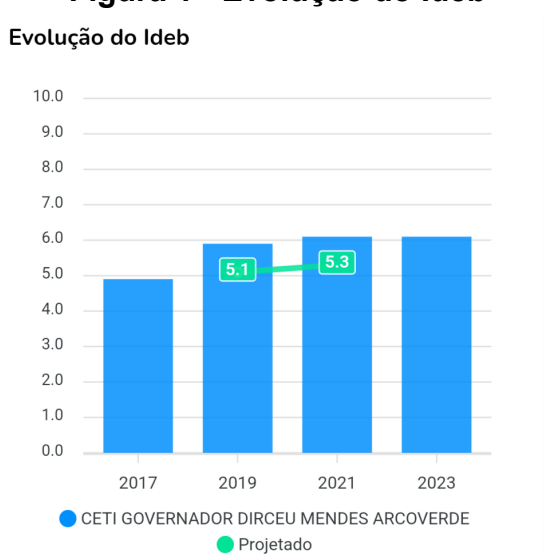
O Decreto Nº 22.769/2024, por sua vez, propõe a avaliação da taxa de evasão escolar nos municípios atendidos, com especial ênfase nas regiões de maior vulnerabilidade. A meta é reduzir a evasão escolar nas escolas públicas do estado, monitorando os impactos dos incentivos financeiros e logísticos. Para isso, serão utilizados indicadores como a taxa de retenção, o índice de conclusão do Ensino Médio e os resultados dos alunos em avaliações externas.

A análise do desempenho acadêmico em disciplinas-chave, como matemática, física e química, também será realizada, por meio de simulados e avaliações diagnósticas aplicadas aos estudantes dos cursos preparatórios e durante o Ensino Médio integral. Esses indicadores são essenciais para verificar a eficácia das políticas públicas, além de fornecer dados que ajudem a ajustar estratégias pedagógicas para garantir a qualidade da educação no estado.

4.3 CETI GOVERNADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE

O CETI Governador Dirceu Mendes Arcoverde, situado na Rua Valdemar Martins, 3360, no bairro Morada do Sol, em Teresina-PI, apresenta indicadores de desempenho acadêmico que refletem tanto os pontos positivos quanto as áreas que necessitam de melhorias.

Figura 1 - Evolução do Ideb



Fonte: Ideb 2023, INEP

Em 2023, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) da escola foi de 6,1 no Ensino Médio, um valor acima da média nacional das escolas públicas, evidenciando a qualidade do ensino oferecido. Esse desempenho é especialmente relevante para a preparação dos alunos para vestibulares de alto nível, como os do IME e ITA, demonstrando uma base acadêmica sólida e promissora.

Figura 2 - Resultados do Enem

RESULTADOS DO ENEM

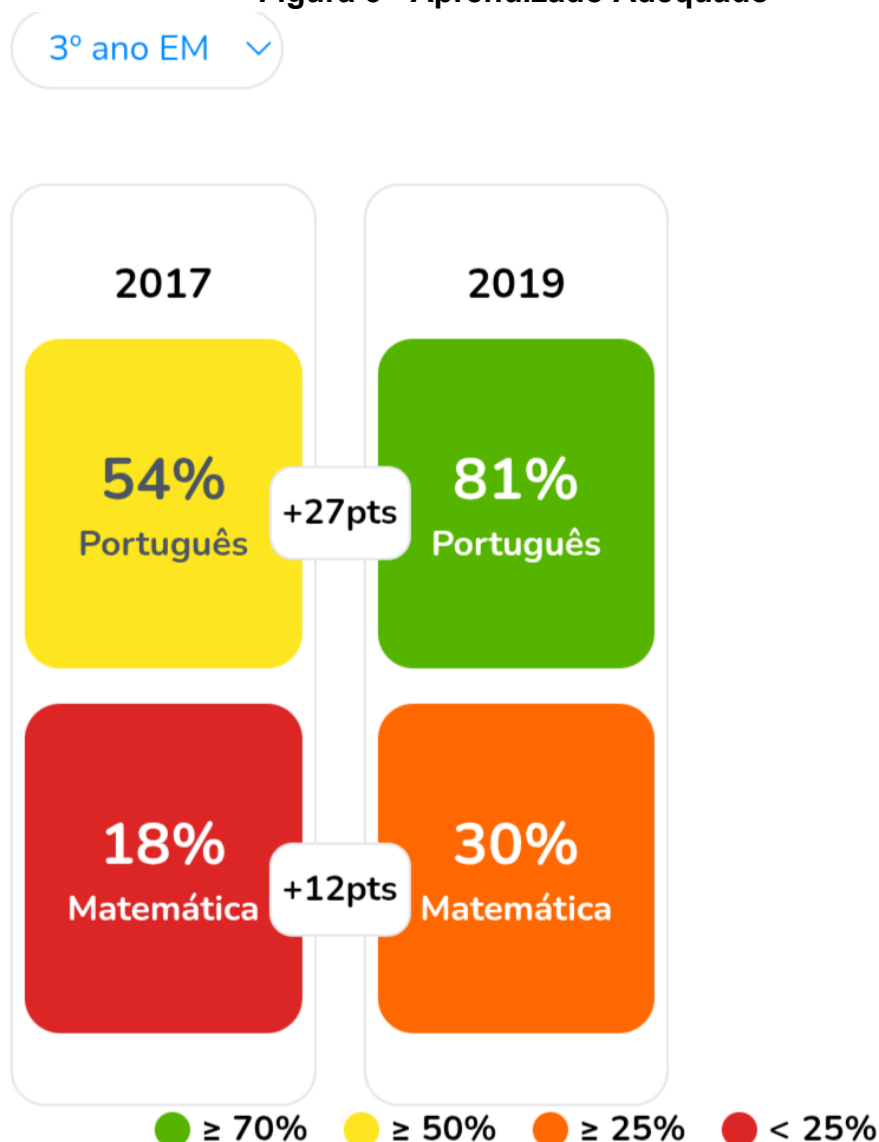
89% taxa de participação (123 alunos participantes)

Ciências Humanas	521pts
Ciências da Natureza	482pts
Linguagens e Códigos	541pts
Matemática	560pts
Redação	650pts

Fonte: Enem 2019, INEP.

Em relação ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), em 2019 a escola obteve uma média de 526 pontos, com uma taxa de participação de 89%. Embora esse desempenho represente o esforço coletivo da instituição, ele revela a necessidade de aprimorar os resultados, principalmente nas áreas de Matemática, essencial para os vestibulares mais seletivos. A dificuldade de aprendizagem nessa área é um desafio a ser enfrentado para alinhar o desempenho da escola às exigências dos concursos.

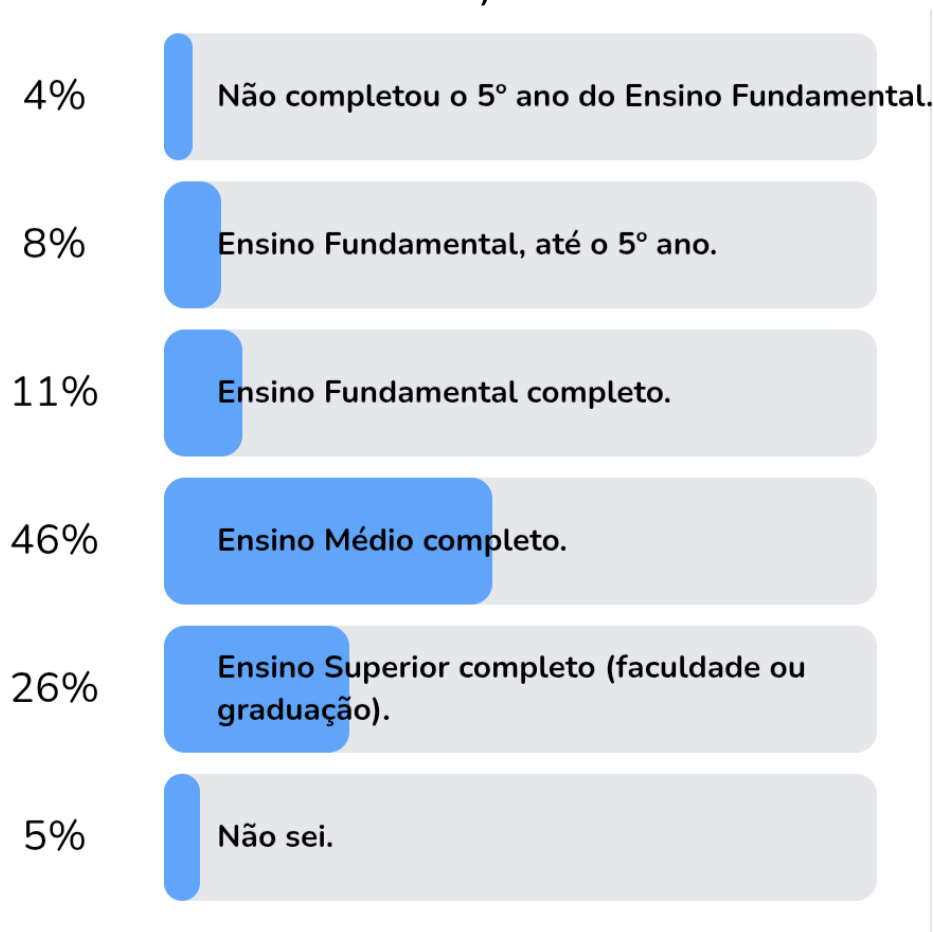
Figura 3 - Aprendizado Adequado



Fonte: Saeb, INEP

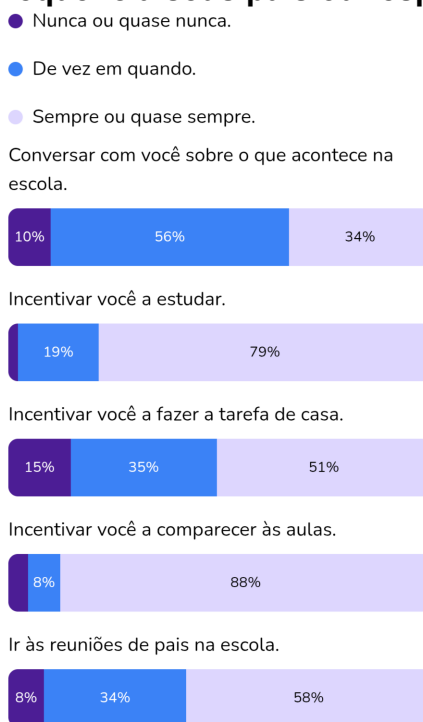
No 3º ano do Ensino Médio, 81% dos alunos alcançaram um aprendizado adequado em Língua Portuguesa, enquanto apenas 30% atingiram esse nível em Matemática. Esse contraste evidencia a necessidade de estratégias de reforço no ensino da disciplina, especialmente porque a Matemática é fundamental para vestibulares de engenharia e tecnologia, que exigem uma base sólida nas ciências exatas. A categorização das cores foi baseada na Meta 3 do Todos Pela Educação, que estabelece que 70% dos alunos devem atingir um aprendizado adequado. A cor verde indica o cumprimento dessa meta, enquanto a cor amarela sinaliza um desempenho um pouco abaixo do esperado. A cor laranja representa um nível de insucesso, quando menos de 50% dos alunos demonstram aprendizado adequado. Por fim, a cor vermelha ilustra um cenário crítico, em que a maioria dos estudantes não atinge um bom nível de aprendizagem.

Figura 4 - Qual é a maior escolaridade da sua mãe (ou mulher responsável por você)?



Fonte: Saeb, INEP

Neste gráfico, 131 estudantes responderam sobre o nível de escolaridade da mãe ou mulher responsável. Os resultados mostram que 46% têm mães com Ensino Médio completo, o que representa quase metade dos alunos e reflete a expansão do acesso ao Ensino Médio no Brasil nas últimas décadas. Além disso, 26% das mães completaram o Ensino Superior, demonstrando uma parcela significativa de responsáveis que tiveram acesso à graduação, o que pode impactar positivamente o incentivo à educação dos filhos. Por outro lado, 11% concluíram apenas o Ensino Fundamental, o que pode indicar desafios na continuidade dos estudos e no suporte acadêmico oferecido aos filhos, enquanto 8% estudaram até o 5º ano do Ensino Fundamental, evidenciando um nível educacional mais baixo, o que pode impactar o acompanhamento escolar dos estudantes. Ainda, 4% não completaram o 5º ano, representando um percentual pequeno, mas significativo, de mães com baixa escolaridade, e 5% dos alunos não souberam informar a escolaridade da mãe, o que pode indicar desconhecimento ou desinteresse em relação ao histórico acadêmico da família.

Figura 5 - Com que frequência seus pais ou responsáveis costumam

Fonte: Saeb, INEP

Neste gráfico, 131 estudantes responderam sobre a frequência com que seus pais ou responsáveis participam da sua vida escolar. Os resultados indicam que 56% dos pais conversam sobre a escola de vez em quando, 34% sempre ou quase sempre, enquanto 10% nunca ou quase nunca o fazem, sugerindo um envolvimento significativo, mas ainda com uma parcela relevante de responsáveis que pouco abordam esse tema. Quanto ao incentivo ao estudo, 79% dos pais sempre ou quase sempre incentivam seus filhos a estudar, 19% o fazem de vez em quando e apenas 2% raramente, um alto percentual que pode impactar positivamente o desempenho escolar.

Em relação ao incentivo à realização das tarefas de casa, 51% dos pais sempre ou quase sempre encorajam seus filhos, 35% fazem isso ocasionalmente e 15% nunca ou quase nunca incentivam, o que pode influenciar diretamente no desenvolvimento da disciplina dos estudantes. No que diz respeito à frequência escolar, 88% dos pais sempre ou quase sempre estimulam os filhos a irem à escola, um número bastante positivo que reforça a importância dada à educação formal.

A participação nas reuniões escolares também foi analisada, revelando que 58% dos pais comparecem frequentemente, 34% o fazem às vezes e 8% nunca participam. Esse nível de envolvimento demonstra uma participação razoável, mas que poderia ser maior para fortalecer a relação entre escola e família. O envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos é um fator determinante no desempenho acadêmico, pois quanto mais os pais participam, mais os alunos tendem a se sentir apoiados e motivados.

Figura 6 - Quando terminar o Ensino Médio você pretende

Total de respondentes: 132

[⇌ Comparar](#)

14%

Somente continuar estudando.

0%

Somente trabalhar.

83%

Continuar estudando e trabalhar.

3%

Ainda não sei.

Fonte: Saeb, INEP

Neste gráfico, 132 estudantes responderam à pergunta sobre o que pretendem fazer após concluírem o Ensino Médio. Os resultados mostram que 83% desejam continuar estudando e trabalhar ao mesmo tempo, evidenciando uma forte tendência dos alunos em buscar independência financeira sem abrir mão da formação acadêmica. Além disso, 14% afirmaram que querem apenas continuar estudando, o que pode indicar uma preferência por dedicação exclusiva aos estudos ou uma condição financeira que permita essa escolha. Nenhum dos estudantes escolheu apenas trabalhar, o que sugere um reconhecimento da importância da educação para o mercado de trabalho. Por outro lado, 3% ainda não sabem o que farão, demonstrando certa indecisão sobre o futuro. Essa distribuição reflete a realidade de muitos estudantes brasileiros, que conciliam estudo e trabalho para garantir uma melhor qualificação profissional.

Esses dados sugerem a necessidade de fortalecer a relação entre escola e família, além de estimular hábitos de leitura e atividades culturais. Iniciativas que engajem as famílias e incentivem a leitura são fundamentais para o desenvolvimento das competências transversais dos alunos. Também é importante implementar ações que garantam a inclusão dos alunos em situação de maior vulnerabilidade, para assegurar uma educação equitativa e inclusiva.

A infraestrutura do CETI, conforme o Censo Escolar de 2023, conta com recursos essenciais como acessibilidade para pessoas com deficiência, alimentação escolar, água tratada e energia elétrica, além de uma quadra de esportes e dependências administrativas adequadas. No entanto, a escola apresenta limitações importantes em termos de recursos pedagógicos, já que não dispõe de biblioteca, laboratórios de informática e salas de leitura, elementos fundamentais para a formação tecnológica e científica dos estudantes.

A falta de uma infraestrutura robusta limita o acesso dos alunos a ferramentas essenciais para o desenvolvimento de competências acadêmicas de alto nível, como as exigidas nos vestibulares do IME e ITA. Para que o CETI possa oferecer um suporte completo à preparação de seus estudantes para esses exames, é urgente investir em melhorias na infraestrutura, especialmente no que tange ao acesso a recursos tecnológicos e laboratórios de ciências.

Em 2023, o CETI registrou 466 matrículas no Ensino Médio, com 25 professores, e não houve reprovação ou abandono escolar, resultando em uma taxa de permanência de 100%. Esse dado demonstra o compromisso da escola com a retenção dos estudantes, o que é um ponto positivo para as iniciativas educacionais. No entanto, para manter esse índice de permanência elevado, é necessário adotar estratégias adicionais, como programas de mentoria, simulados regulares e atividades extracurriculares direcionadas aos vestibulares de alto nível, para garantir que os alunos não apenas permaneçam na escola, mas também se preparem adequadamente para os desafios acadêmicos que os aguardam.

Esses indicadores revelam que, apesar de o CETI ter pontos fortes, como a retenção escolar e um IDEB acima da média, ainda há desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à infraestrutura e ao fortalecimento de competências acadêmicas em áreas chave como Matemática e Ciências. Superar essas dificuldades é essencial para garantir que os alunos estejam adequadamente preparados para os vestibulares de engenharia e tecnologia, alinhando os resultados da escola aos objetivos de democratização do acesso às instituições de ensino de elite.

4.4. ANÁLISE COMPARATIVA

A comparação entre os objetivos estabelecidos nos documentos oficiais e os dados de desempenho escolar no Piauí revela um avanço significativo na oferta de oportunidades educacionais para estudantes da rede pública. Documentos como os editais e decretos ressaltam metas como redução da evasão escolar, aumento nas taxas de aprovação em vestibulares, e democratização do acesso a instituições de ensino de excelência. No entanto, é possível perceber que existem lacunas entre as metas estabelecidas e os resultados obtidos até o momento.

Por exemplo, o Edital SEDUC-PI/GSE nº 45/2024, que visa a seleção de estudantes com maior potencial acadêmico para as turmas de pré-militar, demonstra um esforço para melhorar a qualificação dos alunos, mas os dados de aprovação em vestibulares como IME e ITA ainda revelam um descompasso notável entre o número de inscritos e o número de aprovados, especialmente quando comparado a estados com uma tradição consolidada na preparação para esses exames, como São Paulo e Minas Gerais. O sucesso das políticas públicas voltadas para a excelência acadêmica depende de um alinhamento sólido entre infraestrutura, formação docente e apoio contínuo aos alunos, pois iniciativas isoladas tendem a ter impacto reduzido (JESUS; SILVA, 2024).

As políticas educacionais implementadas no Piauí, como as turmas de pré-militar, têm ampliado o acesso de alunos da rede pública a cursos de alto nível. No entanto, sua efetividade ainda enfrenta desafios estruturais, como a falta de professores especializados em áreas essenciais e a ausência de acompanhamento contínuo dos estudantes ao longo do processo. Embora incentivos financeiros, como bolsas e auxílios previstos no Decreto nº 22.769/2024, sejam fundamentais para garantir a

permanência dos alunos, a democratização do ensino superior exige mais do que o acesso inicial. Como destacam Arruda E. e Arruda D. (2015):

[...] democratização do acesso ao Ensino Superior, necessárias ao Brasil para a ampliação da produção científica e do trabalho qualificado, no contexto das políticas públicas educacionais, inscreve a educação como direito, mas em uma perspectiva na qual o direito compreende não apenas o acesso, mas a garantia da (boa) qualidade da educação, independentemente da modalidade na qual o curso é oferecido (Arruda, Arruda, 2015, p.333).

Nesse sentido, a centralização das políticas em Teresina limita seu alcance em regiões mais vulneráveis do interior do estado, perpetuando disparidades regionais e dificultando a inclusão de alunos que poderiam se beneficiar dessas iniciativas. Além disso, o foco predominante em estudantes com desempenho acima da média restringe o impacto das ações, dificultando o acesso de alunos de comunidades rurais e escolas com baixos indicadores educacionais. Assim, embora essas políticas representem um avanço, ainda há desafios a serem superados para garantir um atendimento verdadeiramente inclusivo e igualitário.

Saviani (2008) afirma que a inclusão será plena quando as políticas educacionais garantirem que todos os indivíduos possam competir em condições justas, independentemente de sua origem social, econômica ou regional. Para isso, seria essencial expandir os programas itinerantes e criar núcleos de apoio nas cidades do interior, de forma a ampliar o alcance das turmas de pré-militar. Além disso, a adaptação dos métodos de ensino para considerar as particularidades culturais e regionais dos estudantes ajudaria a criar um ambiente educacional mais inclusivo e representativo.

Em suma, embora as políticas educacionais implementadas no Piauí tenham contribuído para melhorar o acesso dos estudantes à educação, ainda há desafios estruturais e logísticos a serem superados. A efetividade das políticas depende de um alinhamento mais eficaz entre infraestrutura, qualificação docente e acompanhamento contínuo, além de um esforço maior para garantir inclusão e equidade no processo educacional, especialmente nas regiões mais afastadas do estado.

5. DISCUSSÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

As políticas educacionais implementadas no Brasil, especialmente no Piauí, representam avanços importantes na democratização do acesso à educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), sancionada em 1996, estabeleceu o compromisso com a universalização do ensino e a busca por qualidade, metas que ainda são desafiadoras, mas que já geraram progressos significativos. A inclusão de ações afirmativas, como as cotas para alunos de escolas públicas e para grupos historicamente marginalizados, exemplifica uma tentativa de democratizar o acesso ao ensino superior, alinhando-se com a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a educação como um direito fundamental.

No entanto, a implementação dessas políticas ainda enfrenta desafios consideráveis. Ferrari e Sekkel (2007) destacam que, embora a entrada de estudantes de baixa renda nas universidades seja uma conquista importante, a permanência desses estudantes nas instituições de ensino superior requer um

conjunto de medidas complementares, como apoio financeiro e infraestrutura adequada. No caso do Piauí, embora iniciativas como as turmas preparatórias para vestibulares ajudem a reduzir a desigualdade, as barreiras econômicas e a falta de suporte contínuo ainda representam obstáculos significativos para garantir que os alunos da rede pública consigam concluir suas trajetórias acadêmicas com sucesso.

O governo estadual desempenha um papel fundamental na implementação de políticas educacionais que busquem democratizar o acesso à educação no Piauí. A parceria com instituições privadas, ONGs e movimentos sociais tem sido uma estratégia eficaz para fortalecer as políticas públicas e proporcionar aos alunos de escolas públicas melhores condições de preparação para vestibulares, como o IME e o ITA. Programas de bolsas de estudo e preparação para vestibulares são exemplos de iniciativas que têm potencial para transformar a realidade educacional de muitos estudantes, conforme aponta Gadotti (2010).

No entanto, a disparidade regional no Brasil ainda limita a eficácia dessas políticas, especialmente em estados com menor capacidade de mobilizar recursos financeiros. No Piauí, a centralização das iniciativas educacionais em Teresina resulta em um alcance limitado para outras regiões mais vulneráveis do estado, o que impede que muitos alunos do interior possam aproveitar plenamente essas oportunidades. A mobilização de parcerias e a ampliação de recursos são essenciais para garantir que essas políticas não se restrinjam a áreas mais favorecidas e cheguem de forma equitativa a todo o estado.

A implementação das políticas educacionais no Piauí tem mostrado avanços, mas também enfrenta desafios substanciais. A criação de turmas preparatórias para vestibulares, como as do IME e ITA, é um exemplo positivo de alinhamento com as políticas afirmativas, proporcionando aos alunos de escolas públicas uma chance maior de ingresso em instituições de ensino superior de prestígio. Como ressaltado por Saviani (2009), essas iniciativas podem reduzir a exclusão social e promover uma educação mais igualitária, desde que sejam acompanhadas de investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e apoio permanente aos estudantes.

Contudo, as limitações financeiras e a falta de uma rede de apoio robusta ainda representam desafios significativos para a efetividade dessas políticas no Piauí. A educação pública enfrenta dificuldades em oferecer condições igualitárias para todos os alunos, o que pode transformar a preparação para vestibulares em um privilégio para um número restrito de estudantes. Nesse contexto, o papel do governo estadual é fundamental não apenas para garantir a continuidade das iniciativas atuais, mas também para ampliar o alcance das políticas para outras regiões do estado. Arruda E. e Arruda D. (2015) defendem que políticas públicas estaduais de apoio aos estudantes devem ir além da criação de turmas preparatórias, abrangendo também a preparação contínua dos alunos ao longo de sua trajetória escolar, para que possam competir em condições justas nos exames mais concorridos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo abordou as políticas educacionais implementadas no Piauí, com ênfase nas turmas preparatórias para vestibulares, como o IME e o ITA, visando analisar seus impactos na democratização do acesso à educação superior. Ao longo da pesquisa, foi possível observar que, embora haja avanços significativos no que se refere à oferta de oportunidades educacionais para estudantes da rede pública,

especialmente com a criação de turmas preparatórias e políticas afirmativas, ainda existem lacunas estruturais que comprometem a efetividade dessas ações.

O governo estadual tem desempenhado um papel importante na implementação dessas políticas, mas a centralização das iniciativas em Teresina e a limitação de recursos financeiros têm dificultado a ampliação de seu alcance para as regiões mais vulneráveis do estado. Além disso, a falta de infraestrutura adequada, professores especializados e apoio contínuo aos estudantes ainda representa um obstáculo para garantir que as políticas atinjam seu pleno potencial.

A análise das políticas educacionais também revelou que, apesar dos esforços para reduzir a desigualdade educacional, as barreiras socioeconômicas e a falta de apoio pedagógico podem transformar o acesso a cursos de prestígio em um privilégio de poucos. Portanto, é necessário que o estado invista não apenas na formação de turmas preparatórias, mas também na qualificação docente, expansão de recursos e na criação de redes de apoio mais robustas, que atendam a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica ou geográfica.

Desta forma, embora as políticas educacionais adotadas no Piauí tenham mostrado avanços importantes, é fundamental que sejam implementadas com uma visão mais ampla e equitativa, com um foco não apenas no acesso, mas também na permanência e sucesso dos estudantes ao longo de sua trajetória educacional. O papel do governo estadual, em parceria com outras instituições e movimentos sociais, será essencial para garantir que as oportunidades oferecidas pelas turmas preparatórias sejam acessíveis e sustentáveis para todos os alunos, promovendo, assim, uma verdadeira democratização do acesso ao ensino superior.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre: Imagens e auto-imagens**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

ARRUDA, Eucidio; ARRUDA, Durcelina. **EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL: POLÍTICAS PÚBLICAS E DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR**. Educação em Revista, v. 31, p. 321-338, Belo Horizonte: Julho-Setembro 2015.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96. **Diário Oficial da União**, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: MEC, 2014.

ÉRNICA, Maurício. **Desigualdades educacionais no espaço urbano: o caso de Teresina em face da questão educacional brasileira**. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 53, p. 75-95, jan./mar. 2013.

FERRARI, M.A.L.; SEKKEL, M.C. **Educação Inclusiva no Ensino Superior: Um Novo Desafio**. PSICOLOGIA CIÊNCIA E PROFISSÃO, São Paulo: 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, M. **Qualidade na educação: uma nova abordagem**. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, São Paulo, 2010.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997, 270 p.

IBGE. Censo Demográfico Brasileiro 2022. Rio de Janeiro: IBGE.

JESUS, Sérgio; SILVA, Simone. **EDUCAÇÃO: reflexão sobre políticas públicas de qualidade**. Atena editora, Ponta Grossa - PR, 2024.

LACAZ, Cristiane; TELLES, Marta; SANTOS, Marina. **REFLETINDO SOBRE O COTIDIANO ACADÊMICO: UMA EXPERIÊNCIA NO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA**. Campinas - SP, 2023.

LUCENA, Luiz. **Um Breve Histórico do IME - Instituto Militar de Engenharia (Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, 1792)**. Rio de Janeiro, 2005.

MEDEIROS, Marcelo.; OLIVEIRA, Luís. **Desigualdades regionais em educação: potencial de convergência**. Revista Sociedade e Estado - V. 29 , Maio/Agosto 2014.

PEDROSA, Robert; PINHEIRO, Bruno. **Governo do Piauí terá preparatórios gratuitos para vestibulares do ITA e do IME**. Piauí: GOVERNO DO PIAUÍ, 17 nov. 2023. Disponível em: <https://www.pi.gov.br/noticia/governo-do-piaui-tera-preparatorios-para-vestibulares-do-ita-e-ime>. Acesso em: 8 dez. 2024.

PIAUÍ. Governo do Estado. Decreto nº 22.769, de 20 de fevereiro de 2024. **Dispõe sobre a instituição do Programa de Incentivo ao Ensino e à Aprendizagem dos estudantes do Ensino Médio, e dá outras providências**. Teresina: Diário Oficial do Estado do Piauí, 2024. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pi/decreto-n-22769-2024-piaui-dispoe-sobre-a-instituicao-do-programa-de-incentivo-ao-ensino-e-a-aprendizagem-dos-estudantes-do-ensino-medio-e-da-outras-providencias> Acesso em: 07/01/2025.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação. Edital SEDUC-PI/GSE nº 22/2023: **Processo de seleção de estudantes para o Ensino Médio ITA/IME ("Curso Aprova ITA/IME")**. Teresina: SEDUC-PI, 2023. Disponível em: <http://www.seduc.pi.gov.br>. Acesso em: 06/01/2025.

PIAUÍ. Secretaria de Estado da Educação. Edital SEDUC-PI/GSE nº 45/2024: **Processo de seleção de estudantes para o Ensino Médio com itinerário de aprofundamento ITA/IME**. Teresina: SEDUC-PI, 2024. Disponível em: <http://www.seduc.pi.gov.br>. Acesso em: 06/01/2025.

QEDU, **CETI GOVERNADOR DIRCEU MENDES ARCOVERDE**. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/22025308-ceti-governador-dirceu-mendes-arcoverde>. Acesso em: 25/01/2025.

ROCHA, Geovane S. et al. **A EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**. CONEDU, [s. l.], v. 1, p. 268, 2021.

SAVIANI, D. **Educação e Política: A Pedagogia Brasileira na História da República**. Cortez Editora, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SOARES, José F. **Educação Pública no Brasil: Desafios e Possibilidades**. Belo Horizonte: UFMG. 2020.